



Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro

Instituto Três Rios

Departamento de Ciências Econômicas e Exatas - DCEEX

**O PERFIL DE ENDIVIDAMENTO DE PESSOA FÍSICA NO BRASIL NO
PERÍODO DE 2000-2015**

Três Rios, 2015.



LEONARDO GUIMARÃES DE OLIVEIRA CAIAFFA

**O PERFIL DE ENDIVIDAMENTO DE PESSOA FÍSICA NO BRASIL NO
PERÍODO DE 2000-2015**

Monografia apresentada como requisito parcial para obtenção do grau de Bacharel no curso de Ciências Econômicas da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (UFRRJ), Unidade Acadêmica de Três Rios.

Orientador: Prof. Dr. Cícero Augusto Prudêncio Pimenteira.

Três Rios, 2015.

FOLHA DE APROVAÇÃO

O PERFIL DE ENDIVIDAMENTO DE PESSOA FÍSICA NO BRASIL NO PERÍODO DE 2000-2015

Monografia defendida e aprovada no dia ____/____/____.

BANCA AVALIADORA:

Corbiniano Silva Dsc.

Rafael Vieira da Silva Msc.

Dedicatória

A minha família, que sempre me apoiou por mais esta conquista, incentivando-me a enfrentar todos os momentos difíceis da vida.

A minha noiva, Jéssica Ribeiro Cordeiro, que esteve ao meu lado, e com muito carinho, nunca mediu esforços para me ajudar.

Com muito apreço, dedico ao professor Dr. Cícero Augusto Prudêncio Pimenteira, pela orientação deste trabalho, além da contribuição para minha formação acadêmica.

AGRADECIMENTOS

A Deus

Pela dádiva da vida e pelas suas bênçãos
derramadas sobre a minha vida.

Aos meus Pais

Agradeço por tudo que fizeram por mim.

Ao professor Dr. Cícero Augusto Prudêncio Pimenteira

Que dedicou seu tempo e compartilhou sua
experiência para que minha formação fosse
também um aprendizado de vida,
meu agradecimento.

“O capitalismo é a crença mais
estorrecedora de que o mais insignificante
dos homens fará a mais insignificante das
coisas para o bem de todos.”

Joseph Maynard Keynes

RESUMO

Este trabalho de pesquisa para conclusão do curso de graduação em Ciências Econômicas pela Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro irá apresentar um levantamento de dados acerca do crédito e do endividamento no Brasil desde o ano 2000, sendo apenas uma parte do governo do presidente Fernando Henrique Cardoso, passando pelo governo do ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva, que vai de 2003 a 2010, parando no segundo mandato da atual presidente Dilma Vana Rousseff, com um recorte até a primeira metade do ano de 2015, e tem como objetivo, com bases em dados empíricos, verificar a situação das famílias brasileiras no que cerne ao endividamento, avaliando a trajetória do crédito e traçando um perfil do brasileiro pessoa-física quanto ao comprometimento de sua renda. Para isso, foram utilizados gráficos e tabelas esboçados com base em dados disponibilizados por instituições como IBGE, IPEA, CNC e Banco Central, além das bases teóricas quanto ao crédito, ao desenvolvimento econômico, às políticas públicas e ao endividamento, fazendo uma relação entre eles, chegando assim ao perfil do endividamento dos brasileiros.

Palavras-chave: Endividamento, Crédito, Consumismo, Renda.

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	01
2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA	04
2.1 POLÍTICAS PÚBLICAS	06
2.2 DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO	08
2.3 CRÉDITO	11
2.4 ENDIVIDAMENTO	13
3 PERFIL	20
4 CONSIDERAÇÕES FINAIS	28
5 REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	32

1 INTRODUÇÃO

O crédito emprenha papel importante na economia como um todo, servindo de instrumento desde o combate à inflação, por parte do governo, até o incentivo ao consumo e desigualdade social, no que cerne aos agentes econômicos. O crédito é uma ferramenta que o governo tem para acelerar ou frear a economia, de forma que é muito usual em estratégias de desenvolvimento econômico. Além disto, o crédito também tem a função de favorecer aos agentes que não teriam condição econômica de usufruir de um bem ou serviço no futuro, que possam obtê-lo no presente, pagando um custo por isto, sendo este custo denominado de juros.

Nesse sentido, o crédito é um fator que vem chamando a atenção, principalmente na última década, sendo não muito relevante no governo do presidente Fernando Henrique Cardoso (FHC), ganhando mais enfoque no governo do presidente Luiz Inácio Lula da Silva, sendo utilizado como uma das principais ferramentas estratégicas governo, de forma sua oferta tem se elevado constantemente até 2014, acompanhado pela queda nas taxas de juros. Com isso, houve um aquecimento da economia, que em contraposição a crise de 2008 dos Estados Unidos (EUA), e que afetou diversas economias pelo mundo, ajudou a minimizar os efeitos desta na economia brasileira. Vale lembrar que foi neste desfecho que o presidente Lula declarou que “Lá (nos EUA) a crise é um tsunami. Aqui, se chegar, vai ser uma marolinha (...)”, fazendo assim uma alusão de que a crise teria pequenas consequências ao Brasil. Ao contrário desta declaração dada em 2008 pelo presidente Lula, em 2015 à presidente Dilma Vana Rousseff declarou que a “marolinha virou onda”, atribuindo assim a atual crise brasileira ao cenário externo.

O presente trabalho baseia-se no referencial teórico disponível quanto aos temas: políticas públicas, desenvolvimento econômico crédito e endividamento; sendo estes abordados no capítulo 2, além de dados disponibilizados pelas instituições: CNC (Confederação Nacional do Comércio de Bens, Serviços e Turismo), IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística), IPEA (Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada) e BCB (Banco Central do Brasil); reunindo-os no capítulo 3 na forma de gráficos e tabelas, chegando assim ao perfil de endividamento de pessoa física no Brasil.

Com isso, a ideia é constatar o crescimento da oferta de crédito no período de 2000 até parte do ano de 2015, bem como analisar a relação deste aumento do crédito com o endividamento dos brasileiros com base nos dados disponíveis, e assim, traçar um perfil de endividamento de pessoa física no Brasil, além de verificar a trajetória do nível de desigualdade.

Como objetivos específicos, o estudo pretende verificar a trajetória do endividamento dos brasileiros nos últimos anos em face das políticas de crédito que foram adotadas no decorrer deste período, além de analisar a relação com indicadores, como por exemplo, o Crédito/ PIB, tendo assim um comparativo entre os dois fatores, de forma a verificar o perfil de endividamento de pessoa física no Brasil.

O presente trabalho tem como problema de pesquisa traçar o perfil de endividamento dos brasileiros no período de Janeiro de 2000 até Junho de 2015, fazendo uma correlação com as políticas públicas adotadas neste período e verificar se de fato estas contribuíram para o desenvolvimento econômico do Brasil.

O tema foi definido com base no interesse e na preocupação por parte do acadêmico quanto à questão do endividamento dos brasileiros de um modo geral mediante a um sistema baseado no apelo ao consumo pela busca incessante do lucro. Além disso, as políticas de expansão de crédito às famílias vêm chamando atenção, pois com o passar do tempo estas foram se tornando contínuas e desenfreadas, aonde muitos comprometem boa parcela de sua renda, e como consequência, acarretando em aumento do endividamento.

Esta monografia irá ajudar de forma a esclarecer quantos os benefícios e malefícios das políticas públicas de concessão de crédito voltadas para o desenvolvimento econômico do país, além de verificar a trajetória deste em relação ao PIB.

O recorte temporal abrange o final do governo FHC, o primeiro e o segundo mandato do governo Lula e o primeiro e parte do segundo mandato da atual presidente Dilma. Esta delimitação se justifica pelo fato de verificar as variações ocorridas em cada governo, além de fazer um comparativo, constatando assim as consequências das

políticas de concessão de crédito no período em relação ao endividamento e a desigualdade social.

2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

A facilidade de acesso ao crédito tem como efeito o estímulo à economia, de forma que eleva o consumo e a produção. O resultado disso é a criação de novos empregos e o aumento da arrecadação de impostos, conseqüentemente temos como resultado o desenvolvimento da economia do país. O uso de ações inversas, como o aumento de impostos sobre o crédito e a elevação das taxas de juros, tem como resultado o desestímulo à economia e a queda no consumo (NUNES, 2012).

No Brasil, foi a partir do Plano Real, em 1994, que se passou a utilizar o crédito como estímulo à economia de consumo e à cultura do endividamento, e até então o governo tem adotado o crédito como ferramenta de incentivo ao consumo.

O governo Fernando Henrique Cardoso durou oito anos, ou seja, dois mandatos, sendo no período de 1995 a 2002, e assim verificamos que, após a implantação do Real e uma sucessão de crises e planos sem o desfecho esperado, tivemos um período em que os gastos do governo apresentaram um dos menores ritmos de crescimento já verificados desde a estabilidade monetária, maior apenas que o do segundo mandato, quando o governo foi obrigado a executar um ajuste fiscal como exigência de acordos com o FMI, além de diversas privatizações.

Em 2002, Luiz Inácio da Silva, candidato do Partido dos Trabalhadores, assume o Governo e adota algumas medidas econômicas, tais como: aumento do salário mínimo, ampliação dos investimentos governamentais em moradia, saneamento, transporte público, saúde, educação e geração de empregos.

O cenário mundial diante da crise de 2008, quando houve a eclosão da bolha imobiliária nos Estados Unidos, trouxe consigo uma atenção maior quanto aos iminentes problemas conseqüentes do superendividamento da população. Com isso, muitas pesquisas vem sendo feitas para acompanhar o nível de endividamento da população brasileira, de forma a evitar que aconteça no Brasil os mesmos choques vividos por outros países, experiências estas causadas pelo mau uso do crédito, tanto por parte da população; que desfruta de forma errada do crédito, ou até mesmo pelas instituições financeiras; que concedem o crédito de forma desmedida e irresponsável.

Em 2011 assume a presidência a candidata do Partido dos Trabalhadores a atual presidente Dilma Vana Rousseff. Os gastos do governo, o crédito e o salário mínimo tiveram seu crescimento a um ritmo mais desacelerado do que nos o que nos governos anteriores, tornando mais difícil a busca pela aceleração do crescimento por meio de estímulos ao consumo e do gasto público. Já em 2015, quando a presidente Dilma permanece no governo após uma apertada eleição no ano anterior, neste ano de pós-eleição temos o agravamento de diversos problemas econômicos. Além do baixo crescimento, aceleração da inflação e do aumento do desemprego, é instaurada no Brasil não somente uma crise econômica, mas também políticas, diante de várias denúncias de corrupção na maior estatal do Brasil, a Petrobras, agravando ainda mais a crise no país.

No decorrer dos tempos, o crédito tornou-se um aliado importante de forma que auxilia as pessoas na compra daquilo que querem, sendo na forma de produto ou serviço. Os contratos de concessão de crédito unem dois interesses, sendo do consumidor; que a cada dia que passa possui mais desejo de adquirir um determinado bem ou serviço, e do fornecedor; que mediante ao sistema capitalista em que vivemos, aonde se visa intensamente o lucro, tem como objetivo a venda de sua mercadoria ou serviço, ainda que o cliente não tenha condições financeiras de arcar com seu compromisso no momento, uma vez que o sistema permite que o pagamento seja feito em um futuro próximo, além de disponibilizar crédito com pagamento de juros, estendendo assim este pagamento para curto, médio e longo prazo.

Segundo Jean Calais-Auloy (2003, apud LIMA; BERTONCELLO, 2010, p. 21):

[...] uma operação que permite ao consumidor obter imediatamente uma prestação cujo valor será pago somente mais tarde. Pouco importa o objeto da prestação: pode ser uma soma de dinheiro, uma coisa ou um serviço. Pouco importa que a prestação seja obtida por meio de um empréstimo, uma venda, locação ou outro contrato. O que é essencial e distingue a operação a crédito de uma operação a vista é o fracionamento (diferimento) do tempo.

O fornecedor de crédito aceita esperar um certo prazo para exigir o pagamento de seu crédito.

O crédito é um fator de desenvolvimento social e econômico nacional. No entanto, o seu mau uso acarreta no endividamento, elevando o risco do consumidor dese

enquadrar na situação de superendividado. O fácil acesso ao crédito e ao consumo pode acarretar no endividamento dos consumidores e das famílias brasileiras, tendo consequências econômicas, sociais e psicológicas negativas, uma vez que o rendimento familiar não cobre as obrigações financeiras.

2.1 POLÍTICAS PÚBLICAS

De acordo com Lamounier (1982), o entendimento das políticas públicas está diretamente ligado ao fator técnico-administrativo, ou seja, em que seja possível verificar a eficácia da implementação das políticas públicas em uma sociedade. Dessa forma, com constatação de que a adesão e execução de uma política pública se mostra como uma maneira de intervenção estatal no que cerne as relações sociais, em que a decisão é tomada diante de certa condição, ao mesmo passo em que deve abranger certos benefícios e perspectivas sociais.

[...] as Políticas Públicas são a totalidade de ações, metas e planos que os governos (nacionais, estaduais ou municipais) traçam para alcançar o bem-estar da sociedade e o interesse público. É certo que as ações que os dirigentes públicos (os governantes ou os tomadores de decisões) selecionam (suas propriedades) são aqueles que eles entendem serem as demandas ou expectativas da sociedade. (CALDAS, 2008, p.5)

As bases das políticas públicas estão no planejamento, que abrange a concepção e formulação das políticas a serem adotadas e o orçamento do governo, de forma que são empenhados recursos necessários para viabilização da execução das políticas; momento este que são operacionalizadas tais medidas. (MARIN FILHO, 2005).

As políticas públicas tem suma importância para o desenvolvimento, pois tais políticas proporcionam melhor distribuição de recursos que se tornam investimentos e trazem consigo a redução de custos econômicos e sociais. Nesse sentido, a otimização de recursos é a principal característica de uma política pública voltada para a economia, pois a quem ela é destinada possibilita que os recursos lhe deem condições de quitar seus débitos, sem ocasionar riscos ao seu patrimônio.

De acordo com Lima (1991), é um papel do Estado possibilitar incentivos financeiros e fiscais que favoreçam o processo industrialização e desenvolvimento econômico como um todo, além de influenciar a formação de poupanças, de modo a transformá-las em investimentos através do crédito de longo prazo. As consequências de políticas como estas, que são direcionadas ao desenvolvimento, são a elevação crescente das instituições financeiras, que por sua vez ampliam seu campo de atuação e diversificam a oferta de produtos no sentido de oportunidades de investimento.

Romero (2012) vai enfatizar que a atividade de intermediação e a criação de crédito funcionam de forma a alavancar qualquer política pública direcionada para o desenvolvimento econômico. Destaca ainda que é importante monitorar os possíveis impactos resultante dos prováveis choques consequente de toda política executada, e análise da situação que está sendo aplicada.

Por sua vez, Rua (2009) mostra que o governo é capaz de estabelecer o modo de execução as decisões tomadas, ou seja, escolher ações e métodos com o intuito de desenvolver o que foi determinado. Além disso, Rua (2009) enfatiza quanto a este assunto que “embora uma política pública indique decisão política, nem toda decisão política chega a constituir uma política pública.”.

A aplicação de políticas públicas é um importante instrumento que procura dinamizar a base produtiva e simplificar o acesso a novos investimentos e aquisições, no entanto, existem fatores negativos consequentes das aplicações que necessitam ser classificado, como: aumento das desigualdades, elevação do endividamento, dentre outras questões sociais e econômicas. Nesse sentido, de acordo com Cacciamaliet al (1995), as políticas públicas tem o dever de diminuir as consequências negativas vistas no país, de forma a fazer direcionamentos para certos grupos dentro da base socioeconômica.

Os objetivos da política pública estão em melhorar os níveis de participação entre os agentes envolvidos, tendo em vista que a capacidade de execução de seus planos previamente idealizados, de forma a ampliar as opções a serem concedidas à população (CALDAS, 2008).

2.2 DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO

O desenvolvimento econômico é definido pelo processo de mudanças econômicas e sociais que ocorrem em um determinado país ou região e que ajudam na maximização do bem-estar dos agentes. Vale ressaltar que essas mudanças possuem uma dimensão suficiente para abranger uma série de inter-relações entre os elementos e estruturas existentes em uma dada região. Mediante isto, podemos afirmar que o desenvolvimento reflete um conjunto de interações a abordagens.

O desenvolvimento econômico é um fenômeno histórico que passa a ocorrer nos países ou estados-nação que realizam sua revolução capitalista, e se caracteriza pelo aumento sustentado da produtividade ou da renda por habitante, acompanhado por sistemático processo de acumulação de capital e incorporação do progresso técnico. (BRESSER-PEREIRA, 2006, p.1).

Em termos de cenário econômico, o desenvolvimento está atrelado as mudanças das bases estruturais econômicas, além de mudanças culturais e sociais consequentes dessa transformação. O desenvolvimento de tecnologia e a acumulação de capital são elementos que se fazem presentes no instante que se verifica determinado desenvolvimento, e que é comprovado pelo aumento dos índices de renda, consumo e produção.

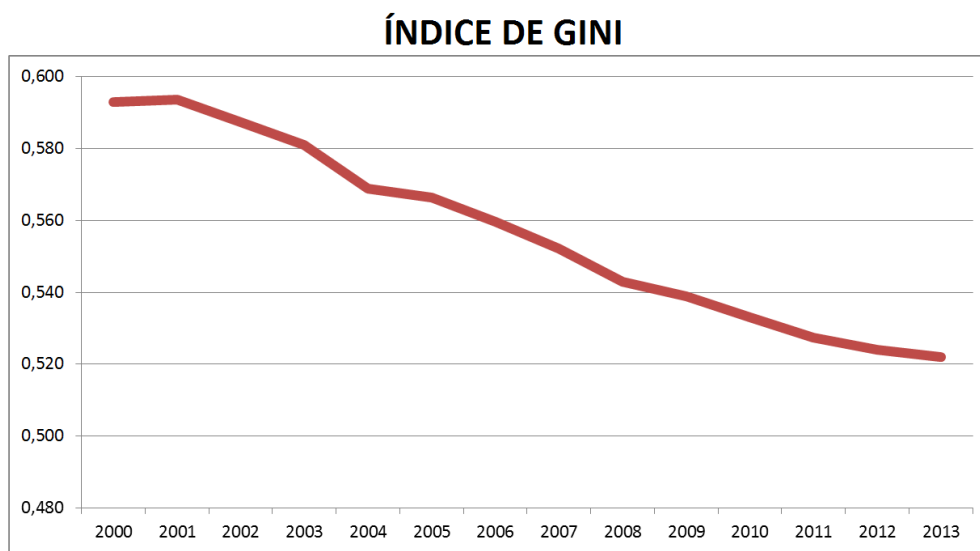
Um agente crucial para o processo de desenvolvimento é o governo, que por meio de suas políticas, possibilita o investimento às empresas a modernizar seu setor produtivo, comprando máquinas e equipamentos, além da aplicação em capital de giro e recursos humanos. Já para o cidadão, é disponibilizado o acesso a diversas linhas de crédito, como o financiamento tradicional até o crédito consignado.

Do ponto de vista de Furtado (1983) quanto à relação do crédito com o desenvolvimento, este funciona como base para o processo de acumulação de capital, e que o crédito e o sistema financeiro possuem papel importante na caminhada do desenvolvimento. Ainda segundo ele, destaca que o desenvolvimento, de uma forma

geral, está ligado diretamente ao cenário econômico, dado que a partir desse tipo desenvolvimento que se observa influências na área cultural, social e comercial.

Quando uma sociedade começa a acumular recursos e a distribuí-los de maneira igual, fica claro que esta chegou a um ponto adequado de desenvolvimento econômico. Nesse sentido, Bresser-Pereira (2003) define esta questão como sendo um processo de “[...] transformação econômica, política e social, através do qual o crescimento do padrão de vida da população tende a tornar-se automático e autônomo” (BRESEER-PEREIRA, 2003, p. 31). Além disso, ressalta que o desenvolvimento econômico tem como consequência a elevação dos padrões de vida e da produtividade, de modo a promover mudanças institucionais, estruturais e culturais na sociedade.

No governo Lula, os principais objetivos foram à redução da desigualdade da renda dos brasileiros; que de acordo com o gráfico abaixo, este índice se manteve em declínio até 2013, o que nos mostra que as políticas para redução da desigualdade adotadas pelo governo vêm tendo êxito.

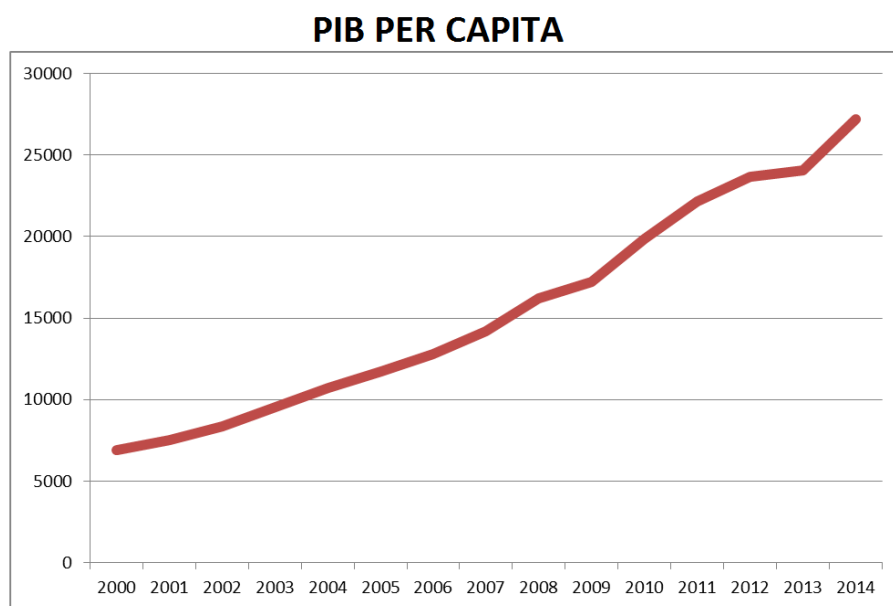


Fonte: IPEA a partir dos microdados da PNAD, vários anos. Elaboração própria.

De acordo com o IPEA, o “Índice de Gini, criado pelo matemático italiano Conrado Gini, é um instrumento para medir o grau de concentração de renda em determinado grupo”. Este índice varia de zero a um, sendo que quanto mais próximo de zero, maior a igualdade. Como podemos ver no gráfico, o último índice divulgado chega próximo de 0,52, contrastando com o índice de 2000, no governo FHC, que estava

próximo de 0,60, nos mostrando que houve uma real e considerável queda da concentração de renda no decorrer do período.

Conforme se pode observar no gráfico abaixo, o crescimento do PIB per Capita brasileiro, sendo que no período de 2000 a 2008, se manteve em ritmo decrescimento, mas em 2009 houve um pequeno declínio, sendo este o ano depois do estouro da crise financeira dos Estados Unidos de 2008 que de alguma forma afetou todas as economias.



Fonte: IBGE, vários anos. Elaboração própria.

O PIB per capita é o produto interno bruto dividido pela quantidade de habitantes do país. Este é um indicador que, quanto maior, mais rico é o país. Neste, porém, não mostra o nível de desigualdade, no entanto, vem a complementar o gráfico anterior, nos comprovando que temos uma trajetória de crescimento econômico com menos desigualdade.

Compreendendo a globalização como um evento que permite a integração entre os vários mercados, podemos afirmar que o desenvolvimento nacional vem tomando lugar importante na economia mundial. Dessa forma, é fundamental que o desenvolvimento econômico permaneça crescendo, mas de forma consistente de forma a vencer as crises, impulsionar a demanda por crédito e incentivar a quitação de débitos

contraídos, de modo que a estabilidade social ocorra de forma contínua na sociedade brasileira.

No entender de Romero (2012, p. 21): “Quanto maior a incerteza econômica inerente a um país ou região, piores as expectativas de realização de lucros e de melhora do desempenho econômico, representando um menor otimismo dos agentes”.

2.3 CRÉDITO

O crédito, no cenário econômico, favorece aos agentes não somente a investimentos, mas também conquistas, sendo que este é adquirido com base na confiabilidade entre duas ou mais partes, mas com garantias de operação, dos quais o objetivo é a compra e venda produtos ou serviços.

Dentro desse contexto, segundo Abramovay (2004), a possibilidade de acesso ao crédito às pessoas mais carentes é uma consequência de políticas públicas voltadas para o combate à pobreza. O crédito é a chave que abre a porta para o desenvolvimento dos negócios em diversos segmentos da economia.

O desenvolvimento econômico guarda forte relação com a ampliação do crédito. A maior disponibilidade de empréstimos permite que a demanda efetiva se expanda e, conseqüentemente, gere uma aceleração da trajetória de crescimento da renda e do emprego. O acesso ao crédito permite as famílias aumentar seu consumo de bens duráveis e investir, em especial, em residências e educação. (SANT’ANNA et al., 2009, p.41).

No Brasil, o mercado de crédito tem grande relevância para o desenvolvimento econômico, pois viabiliza o investimento em diversas áreas, principalmente na compra de máquinas e equipamentos, produtos e serviços, de forma que ajuda a alavancar a economia do país. O crédito de médio e longo prazo que é ofertado, tanto para empresas quanto para pessoas físicas, tem forte influência na elevação do consumo, no aumento de investimentos em máquinas e no aumento da abertura novos estabelecimentos comerciais.

Para o desenvolvimento local, o crédito tem grande importância, sendo que este desenvolvimento irá influenciar de forma direta o desenvolvimento do país como um todo, fazendo com que os governos deem atenção à carência da sociedade. O envolvimento da sociedade civil, do governo e das instituições financeiras para o desenvolvimento do país é crucial.

Quando o poder público incentiva a concessão de crédito, o aumento do consumo é uma consequência desta política. Além disso, vale ressaltar que por meio da geração de emprego e renda, pode-se haver um aumento superior no que cerne a inserção econômica e social dos agentes.

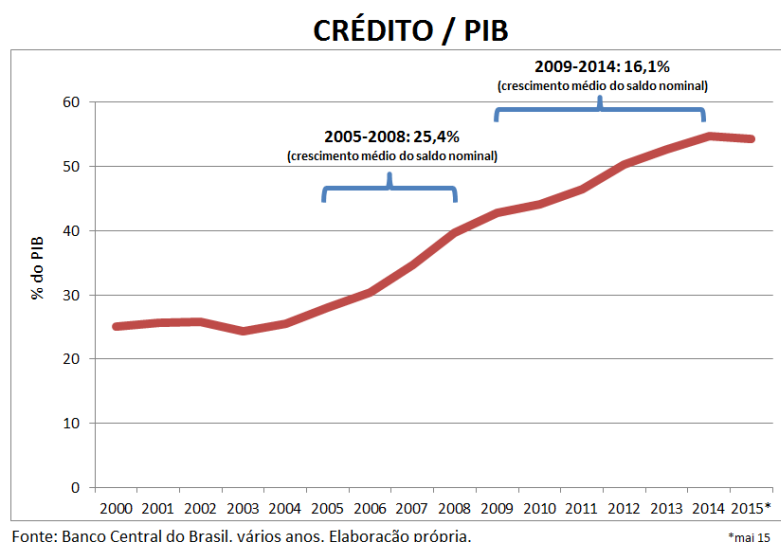
É relevante destacar que a concessão de crédito feita por instituições financeiras à pessoas físicas tem como base principal o salário. A política econômica instituída pelo governo tem relação proporcional com o volume de crédito, ou seja, quando se tem uma economia equilibrada, a liberação de crédito pode ser feita sem grandes riscos. Vale ressaltar que quanto maior o endividamento, maior é risco de inadimplência, provocando assim o aumento das taxas de juros.

De acordo com Securato (2002), as operações de crédito caracterizam-se por serem um meio de adquirir empréstimo, em que o custo da operação são os juros. No entanto, Schrickel (2000, p.25) traz a seguinte definição quanto à operação de crédito: “[...] todo ato de vontade ou disposição de alguém destacar ou ceder temporariamente parte de seu patrimônio a um terceiro, com a expectativa de que esta parcela volte à sua posse integralmente após decorrer o tempo estipulado”. Já no momento em que de fato ocorre a liberação do crédito, Santos (2003, p.15) propõe que “a troca de um valor presente por uma promessa de reembolso futuro, não necessariamente certa em razão do fator risco”.

No período de 2002 a 2009, houve grande liberação de crédito por meio de políticas públicas, o que possibilitou o acesso ao crédito às famílias de baixa renda, urbanas e rurais; consequentemente amentando o consumo e ganho renda e emprego. De acordo com Torres Filho (2006), foi a partir do ano 2000 que houve grande expansão do crédito para pessoas físicas em função do fortalecimento do sistema financeiro, isso devido às crises que o Brasil estava enfrentando constantemente, sendo crises

financeiras e da capacidade de sustentar a economia do Brasil de forma estável e segura, e assim, buscando contornar este quadro por meio de ajustes e redirecionamentos.

Desde então, o crescimento da oferta de crédito trouxe consigo uma atenção maior deste por parte do Banco Central do Brasil (BCB), para que este aumento fosse sustentável ao sistema financeiro nacional. Para isso, o BCB adotou medidas contínuas de monitoramento, além de incentivar à educação financeira e ao aperfeiçoamento dos instrumentos de conhecimento quanto ao custo dos serviços financeiros comparados entre outras instituições bancárias e informações quanto aos cuidados básicos em caso de endividamento das famílias. Além disso, o BCB desenvolveu uma infraestrutura de mercado, estipulando obrigatoriedade de registro de operações financeiras (e.g., derivativos, crédito, etc.) e de operações em trade repositories e clearings, de forma a obter clareza quanto a possíveis desequilíbrios e riscos sistêmicos. Por fim, houve um aumento da razão crédito/PIB de 25% em 2004 para o patamar de 54% que atualmente observamos conforme o gráfico abaixo, e que, segundo o BCB, trata-se de um crescimento de forma segura e robusta.



2.4 EN DIVIDAMENTO

O superendividamento é atualmente entendido como um fenômeno que vem afetando inúmeras famílias da sociedade brasileira. Muitos são os benefícios de acesso ao crédito que facilitam ao consumidor vantagens de adquirir tudo àquilo que deseja,

possuindo produtos de forma que nem sempre terá condições financeiras de quitar as dividas, ou seja, a facilidade do acesso ao crédito e o seu imediatismo tem gerado cada vez mais a falência do consumidor.

Hoje a expansão de credito ao consumidor se tornou um recurso para acelerar o desenvolvimento econômico resultando uma elevação de bens de consumo produzidos a larga escala para acompanhar o ritmo acelerado de consumismo da sociedade brasileira.

Segundo Lima e Bertoncello (2010, p. 13):

É inegável que o crédito permite resolver o problema de acesso de muitas famílias abens que são indicadores de qualidade de vida e até mesmo indispensáveis ao bemestar mínimo das famílias. Não há economista no mundo que duvide da importância do crédito para gerar crescimento, pois, ao propiciar o aumento do consumo, obrigaas empresas a produzir em maior escala e a empregar mais aumentando o poder de compra da população, com melhora no seu nível de vida e assim por diante.

Atualmente a sociedade brasileira vem apresentando um perfil de descontrole em relação ao equilíbrio de suas finanças necessitando assim, por parte do Estado, uma intervenção para nortear essas famílias que geralmente são das classes menos favorecidas com o objetivo de tentar diminuir os efeitos do superendividamento nesses casos.

As famílias brasileiras tem se comportado de forma que se deixam levar pelo imediatismo e pela facilidade de crédito, com isso, o montante de dívida supera o valor de sua receita, e como consequência disso temos o chamado superendividamento, que é característica da sociedade moderna.

O grande número de consumidores que estão nesta situação de endividamento tem como consequência a exclusão do mercado de consumo, levando-os dificuldades até mesmo de subsistência com dignidade, e assim, podemos dizer que o superendividamento traz consigo um problema social.

De fato, o superendividamento é um problema social que abrange desde as classes mais altas até as classes mais baixas, ou seja, todas as classes sociais, sendo que,

impactando com mais intensidade as menos favorecidas, levando a consequências como exclusão social, além do comprometimento da saúde econômica do país. O livre acesso ao crédito, a falta de informação, além de imprevistos como o desemprego, doenças, são questões que ajudam a acarretar o superendividamento do consumidor.

Franco (2010, p. 228):

O superendividamento geralmente atinge as classes menos privilegiadas economicamente com baixo nível de conhecimento, o que nos faz acreditar na necessidade da intervenção estatal para regular a forma de acesso ao crédito e as soluções possíveis para estancar as finanças daqueles que se encontram na situação de superendividados.

Sophie Gjidara (apud LIMA, 2010,p. 214) diz:

Afinal, o recurso ao crédito constitui por essência uma decisão particularmente arriscada e incerta cujos efeitos ocorrerão somente no futuro, requerendo do consumidor uma faculdade de antecipação que ele nem sempre dispõe, sem contar que sua visão pode ser perturbada pela superveniência de eventos imprevistos.

O superendividamento causa custos inestimáveis e traz consigo consequências econômicas, sociais e familiares. Isso se dá porque o consumidor que está na situação de endividado é automaticamente excluído do mercado de consumo, prejudicando o convívio familiar, uma vez que a renda familiar não traz garantia a própria subsistência, trazendo barreiras para sua reinserção no consumo e, como consequência, tem grande parcela de influência na estagnação do desenvolvimento da economia do país. Para que este problema seja solucionado, cabe ao consumidor uma maior disciplina no controle de suas finanças, de forma que, seu consumo seja feito de forma consciente e dentro de seu orçamento. Por outro lado, a concessão de crédito deve ser feita de maneira responsável, de forma que contribua para que o cidadão tenha uma melhor qualidade de vida.

Lima e Bertonecello (2010, p. 21) apresentam a seguinte definição para crédito:

Define-se como a faculdade de inspirar confiança por uma duração mais ou menos longa. Desse modo, o crédito é caracterizado pela

decorrência de um prazo entre a prestação do credor e aquela do devedor, o que somente é possível porque o credor acredita que o devedor cumprirá sua obrigação nos prazos convencionados.

O crédito é um fator de desenvolvimento social e econômico nacional. No entanto, o seu mau uso acarreta no endividamento, elevando o risco do consumidor de se enquadrar na situação de superendividado. O fácil acesso ao crédito e ao consumo pode acarretar no endividamento dos consumidores e das famílias brasileiras, tendo consequências econômicas, sociais e psicológicas negativas, uma vez que o rendimento familiar não cobre as obrigações financeiras.

De acordo com Maria Manuel Leitão Marques (2000, p. 303 apud LIMA;BERTONCELLO, 2010, p. 25),

A dimensão do problema depende de muitas variáveis: da extensão e do tipo de endividamento, da variação nas taxas de juros, do grau de esforço das famílias e da sua educação financeira, do mercado de trabalho, da estabilidade familiar, da saúde ou da doença, da vida ou da morte. Mas como se provou em diferentes países, ao alargar o endividamento potencializamos sempre o sobreendividamento. Ele cresce nos diferentes ciclos e, mais do que um problema econômico, é sobretudo um problema social.

Um instrumento que é utilizado para dar vazão à produção em massa de bens de consumo é a expansão de crédito. O problema é que a concessão do crédito desenfreada e sua banalização têm acarretado o endividamento da sociedade, e como consequência, elevado de forma considerável as chances do indivíduo chegar a situação de superendividamento.

O conceito de superendividamento nada mais é que um estado da pessoa física, que obtém o crédito de boa-fé, mas que não consegue quitar suas dívidas, uma vez que sua renda e seu patrimônio não são suficientes para saudá-los.

Infelizmente o superendividamento é uma característica da sociedade capitalista moderna, visto que o sistema funciona com base no consumo, buscando cada vez mais o incentivo a este, por meio de apelos publicitários em diversos meios de comunicação,

acarretando assim no consumo desenfreado e exagerado, por meio de facilitação de crédito de forma nada criteriosa.

Quando as dívidas superam a renda e os patrimônios pessoais, aonde o superendividamento faz parte do passivo, ou seja, as dívidas são maiores que o ativo, a pessoa que se encontra nessa situação precisa de ajuda para que consiga reestabelecer sua vida econômica. A questão do superendividamento de pessoa física é definida pela impossibilidade do consumidor de boa-fé, que assume a situação de devedor, a honrar suas dívidas, causando sérias consequências econômicas, sociais e familiares, com custo imensurável a sociedade como um todo.

Para Schmidt Neto (2009, p. 31),

[...] o enfrentamento do superendividamento permite que determinado consumidor não fique excluído da sociedade, que não gaste mais do que pode pagar, que seja auxiliado pelos fornecedores que verificarão sua capacidade de reembolso e que, caso gaste além do que pode pagar, encontre-se uma maneira saudável de quitar a dívida com os credores. Todos perdem com a ocorrência do superendividamento, devedor, credor, sociedade, Estado, e da mesma forma todos ganham com a prevenção e a mitigação de seus efeitos.

Diante disto, a melhor forma de apoiar ao superendividado que quer saldar suas dívidas com seus credores é por meio da ajuda do Estado para que ele possa ter uma vida digna, mas para isso, se faz necessário à classificação daqueles que podem ou não ser considerados superendividados passíveis da proteção, uma vez que este deve possuir real interesse e comprometimento em saldar seus débitos.

Na atualidade, o sistema capitalista vem sendo representado pelos avanços da sociedade de consumo. Historicamente o sistema capitalista que se intensificou ao longo do século XX, marcadamente nos EUA e que posteriormente espalharam-se pelo mundo. Nesse sentido, o desenvolvimento econômico e social é marcado pelo aumento do consumo, que resulta em elevadas taxas de lucros ao mercado.

Uma característica muito forte do capitalismo é a facilidade com que se manipulam as pessoas em favor do que é benefício para seu sistema de consumo, imediatismo e instantaneidade. Diante desse fator, a sociedade brasileira está imersa

nesta realidade contemporânea tomando para si características que são reflexos desse sistema.

Tomada pela vontade incessante de adquirir tudo aquilo que as publicidades e o marketing trazem como essencial para a vida, promovendo meios concretos que contribuem diretamente para o superendividamento, pois são muitos os consumidores que envolvidos por características da contemporaneidade imediatista adquirem produtos sem a necessidade e sem meios econômicos para tanto.

Schmidt Neto (2009, p. 23), a respeito da concessão de crédito desmedido, diz:

A relação agressiva, irracional da sociedade e o indivíduo buscando realizar-se, levam a práticas que exaltem o belo, o lúdico, o prazeroso. O comportamento impulsivo atinge a todos os cidadãos, mesmo os consumidores mais letrados, com alta formação que, supõem-se, não tão facilmente ludibriáveis, mas ainda assim são pegos pelas armadilhas do marketing que cria necessidades e manipula as formas de demonstração de poder dos consumidores, levando-os a crer que serão admirados e considerados bem sucedidos, bonitos ou felizes, se possuírem determinado produto. Exemplo desta publicidade está justamente nas instituições de fornecimento de crédito que captam clientes por meio da demonstração de confiança, personalismo e segurança e, por isso, geralmente veiculam informes publicitários com conteúdo emocional e não racional de comportamento do consumidor.

O superendividamento é um fenômeno global provindo da sociedade capitalista, que vem causando sérios impactos prejudiciais sobre grande parcela da população. O superendividamento é hoje responsável por muitos casos de exclusão social onde pessoas endividadas colocam em risco a qualidade de vida, saúde, dignidade e a segurança das suas famílias. Assim, sendo como consequência do superendividamento do consumidor, temos a geração de uma crise no seu grupo familiar, que se encontra fragilizado e consequentemente excluído do mercado de consumo.

Diante dessa realidade contemporânea de grande parcela da sociedade endividada, nos deparamos com um fator contribuinte para esse caos, oriundo do capitalismo, que é o cruel consumismo. O consumismo é compreendido como um estilo de vida norteado por uma massa de bens de consumo e serviços frequentemente atribuídos por meios de comunicação em massa. A sociedade capitalista conquistou seu apogeu de causar nas pessoas uma necessidade intensa de consumo desenfreado.

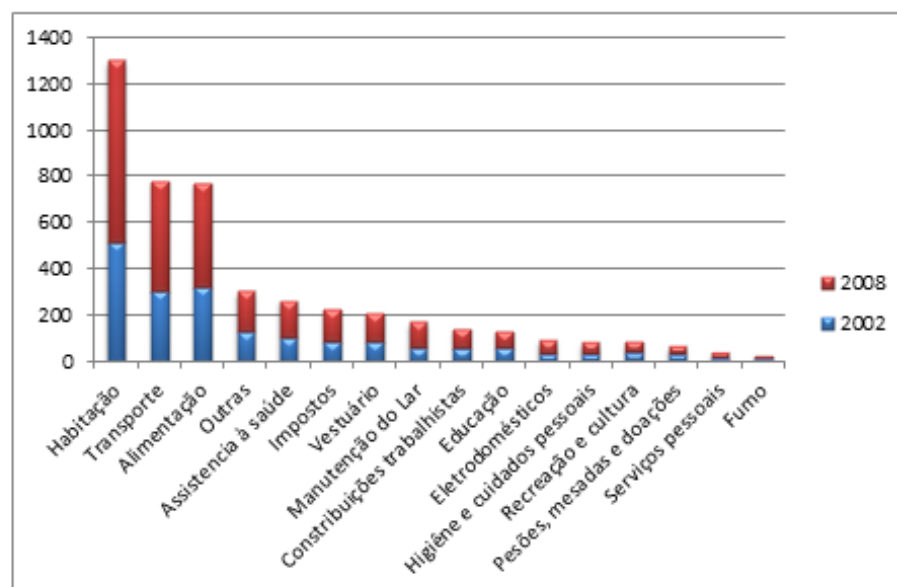
Historicamente, após a industrialização surgiu à mentalidade de que quanto mais se consome mais se tem garantias de satisfação e bem-estar. Esse consumo sem medir consequências finais é denominado de consumismo, pois ele é caracterizado por gastos excessivos em produtos que não são necessários ou que não cabem dentro da sua renda familiar.

3 PERFIL

Em 2004 e 2010, o IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística) divulgou a POF (Pesquisa de Orçamentos Familiares) realizadas nos períodos de 2002-2003 e 2008-2009, que nada mais é que uma pesquisa feita com o intuito de disponibilizar dados a cerca da composição do orçamento doméstico e sobre a condição de vida da população, abrangendo qualidade de vida.

Com base nas pesquisas de 2002 e 2008, temos o gráfico abaixo que nos mostra o avanço do consumo dos brasileiros do sexo masculino.

Despesa média mensal familiar - valor e distribuição por sexo masculino e tipo de despesa - Brasil
Comparativo entre os anos 2002 e 2008

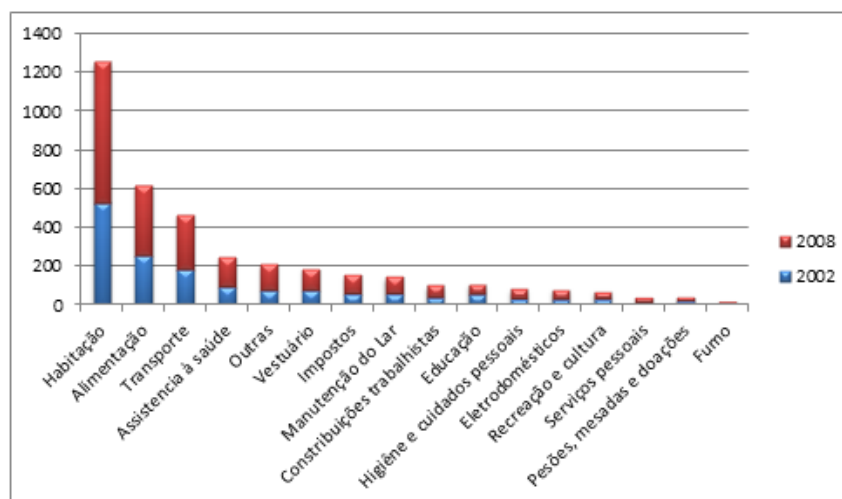


Fonte: IBGE. Elaboração própria.

O gráfico acima nos mostra que os gastos com habitação, transporte e alimentação reúnem juntos grande parte dos gastos. Os valores dos gastos com transporte e alimentação são aproximados e permaneceram num ritmo crescente bem próximo nos dois períodos. A justificativa para este aproximadamente entre estes dois gastos, sendo a alimentação um gasto crucial para a sobrevivência, de acordo com a POF, o elevado gasto com transporte se dá pelo fato de que nos últimos anos houve grande incentivo por parte do governo quanto ao financiamento de veículos automotores e pelo aumento no custo do transporte.

Já o gráfico abaixo nos mostra o avanço do consumo de pessoas do sexo feminino, aonde o consumo também permaneceu em ritmo crescente e relativamente proporcional ao período anterior.

Despesa média mensal familiar - valor e distribuição por sexo feminino e tipo de despesa - Brasil
Comparativo entre os anos 2002 e 2008

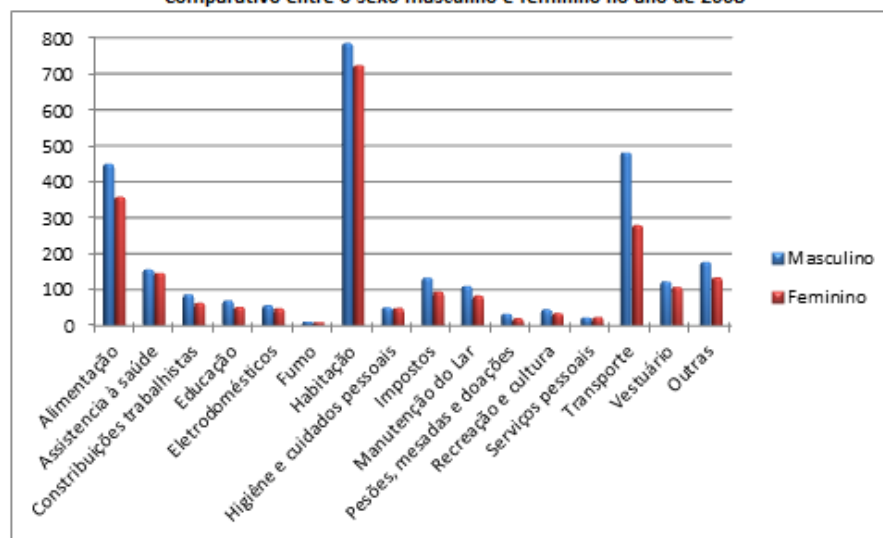


Fonte: IBGE. Elaboração própria.

Este gráfico nos mostra que os gastos com habitação, transporte e alimentação, igual ao sexo masculino, juntos, tomam grande parcela dos gastos. O gasto com habitação superam de forma exorbitante todos os gastos. Já os gastos com transporte e alimentação não são distantes e, assim como os gastos com habitação, permaneceram num ritmo crescente nos dois períodos. A justificativa para o elevado gastos com alimentação e transporte é o mesmo do gráfico anterior, sendo a alimentação um gasto fundamental para a sobrevivência, e quanto ao transporte, é pelas políticas de incentivo dos últimos anos ao financiamento de veículos automotores, além do crescente aumento dos custos do transporte.

Já o gráfico abaixo nos mostra um comparativo entre ambos os sexos com base na última pesquisa realizada no período 2008-2009. E assim, ao contrário do senso comum que julga sendo a mulher quem gasta maior parcela de sua renda, na verdade é o homem que possuem gastos muito mais elevados do que as mulheres. Percebemos que, com relação a todos os tipos de gastos, os homens quem consomem mais do que as mulheres.

Despesa média mensal familiar - valor e distribuição por sexo e tipo de despesa - Brasil
Comparativo entre o sexo masculino e feminino no ano de 2008



Fonte: IBGE. Elaboração própria

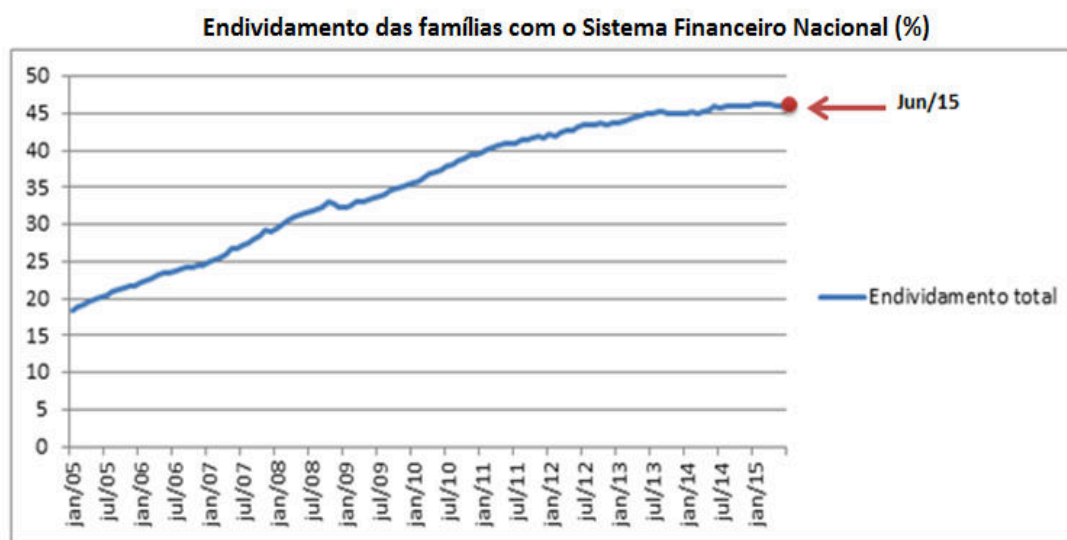
De acordo com a POF, além dos homens possuírem gastos mais elevados se comparados com as mulheres, a pesquisa realizada no período de 2008-2009 demonstra que há uma diferença na renda em média entre os sexos no valor aproximado de R\$ 600,00. Como podemos ver no gráfico acima, e também se compararmos as duas pesquisas, percebemos que os gastos masculinos de um modo geral, excedem os gastos femininos. Se compararmos os gastos dos dois sexos na pesquisa de 2008, percebemos que os gastos com habitação, alimentação e transporte tomam grande parcela do orçamento de ambos os sexos.

Quanto ao tipo de gastos, há grande disparidade quanto aos citados anteriormente em relação ao restante das despesas. Um gasto que chama atenção pela disparidade se comparado entre ambos os sexos é o transporte, que, segundo a POF, ocorre devido ao aumento do volume de veículos automotores adquiridos através de financiamentos e leasing, e vale ressaltar que, mais de 11,5% dos consumidores estão com suas dívidas atrasadas, ou seja, endividados.

A compulsão por compras de fato é um problema que vem aumentando com o passar dos tempos, e esta compulsão, de acordo com a POF, pode ter origem em vários campos: a presença de distúrbios emocionais e/ou psicológicos, o excessivo incentivo à aquisição de bens promovida em vários meios de comunicação, a incessante busca pela

ascensão social juntamente com o aumento do *status*, a carência de informação e orientação acerca de um planejamento financeiro, bem como a formação ética-educacional dos agentes, dentre outros motivos. Todos estes motivos, isolados ou de forma conjunta, representam o comportamento consumista que vem a se tornar hábito ou das disposições obtidas que são integradas às mentes de vários agentes sociais.

O Banco Central disponibiliza os dados acerca do endividamento das famílias brasileiras desde Janeiro de 2005 e por meio de uma análise acerca da evolução destes dados podemos dizer que até Junho de 2015 houve um aumento quase que linear, mostrando que os níveis de endividamento (com o sistema financeiro) e comprometimento de renda são altos, dado que passam de 45%.



Fonte: BCB. Elaboração própria.

Ainda segundo o Banco Central, o comprometimento da renda aumentou ganhando força em 2011 em paralelo com a elevação do crédito imobiliário que ocorreu nesse período. De Janeiro de 2013 à Junho de 2015, verificamos que há um aumento menor do que comparada aos anos anteriores, mesmo assim o comprometimento da renda dos brasileiros se mostra muito elevado.

De maneira bem ampla, as operações de crédito do sistema financeiro destinadas a pessoas físicas, de acordo com o BCB, tiveram aumentos significativos desde 2003, trajetória esta que é muito relevante para o fortalecimento do mercado interno do país.

Em 2010, o CNC constatou em sua primeira pesquisa (PEIC) que 60,2% dos consumidores brasileiros iniciaram o ano com dívidas, e que somente 9,2% não terão condições de pagar suas dívidas em Janeiro de 2010. Segundo a pesquisa, as condições do mercado de crédito eram bastante favoráveis, tanto do lado da oferta quanto do lado da demanda. Em Junho de 2015 o percentual total de famílias endividadas foi de 62%, sendo este um índice muito elevado e que abrange as pessoas físicas com contas ou dívidas em atraso, incluindo cheque pré-datado, cheque especial, cartão de crédito, carnê de loja, empréstimo pessoal, prestação de carro e seguros.

O percentual de famílias endividadas em Junho de 2015 pode ser considerado um valor elevado, porém, se comparado, por exemplo, ao mesmo mês do ano anterior, sendo Junho de 2014, este índice não teve muita alteração, sendo 62,5%. E comparado ao mês anterior, que alcançou o percentual de 62,4%, percebe-se que também houve uma variação pequena, mantendo assim o índice elevado.

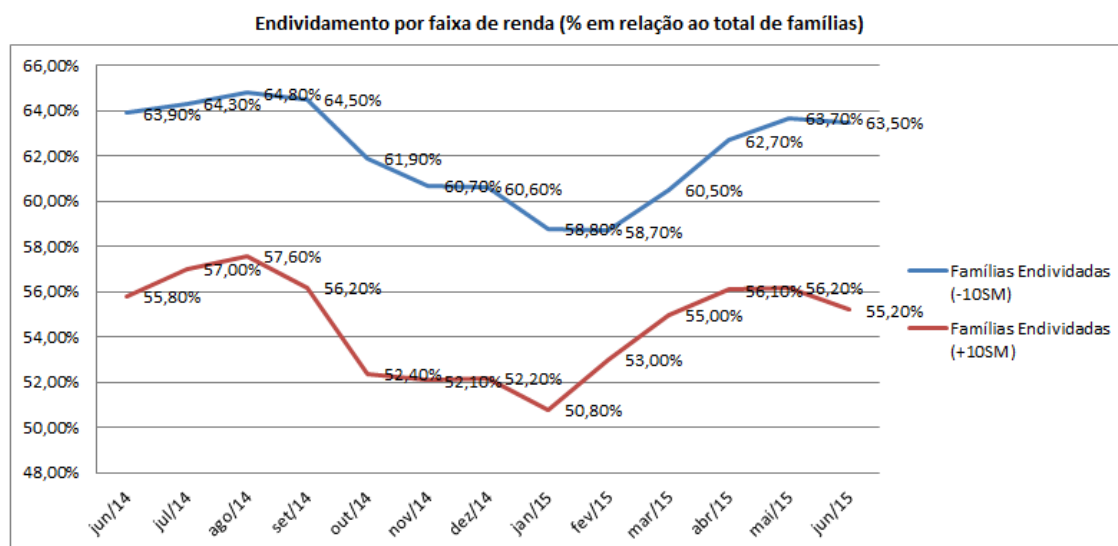
Síntese de resultados (% em relação ao total de famílias)

Mês	Total de endividados	Dívidas ou contas em atraso	Não terão condições de pagar
Junho de 2014	62,50%	19,80%	6,60%
Maio de 2015	62,40%	21,10%	7,40%
Junho de 2015	62,00%	21,30%	7,90%

Fonte: CNC. Elaboração própria.

Outro fator relevante que deve ser considerado também é o percentual das famílias de com contas ou dívidas em atraso, sendo 21,3%, e se comparado ao mês anterior, assim como no mesmo mês do ano passado, verificamos que houve aumento. Além disso, o percentual de famílias que relataram na pesquisa não terem condições de pagar suas contas em atraso também apresentou alta em ambos os períodos que estamos comparando, e como podemos verificar na tabela acima, chegou a 7,9% das famílias brasileiras.

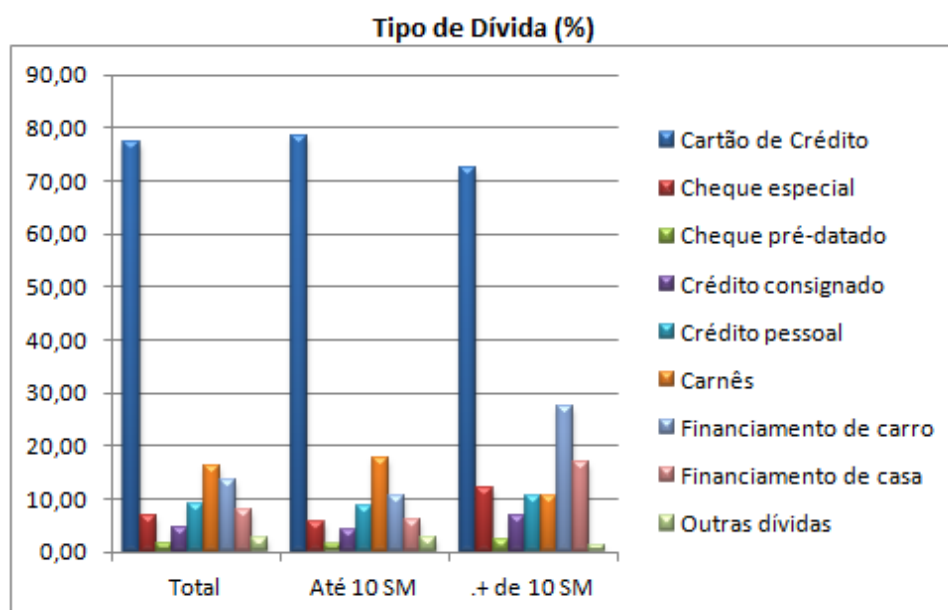
No mês de Junho de 2015 o percentual de famílias endividadas com renda inferior a 10 salários mínimos foi de 63,5%, enquanto que no mês anterior foi de 63,7% e no mesmo mês do ano anterior foi de 63,9%. Já no grupo com renda superior a dez salários mínimos, o percentual de famílias endividadas foi de 55,2%, sendo que, em Maio de 2015 foi de 56,2% e Junho de 2014 foi 55,8%.



Fonte: CNC. Elaboração própria.

Verificamos que há grande diferença quanto ao endividamento daquelas famílias que possuem renda superior e inferior a 10 salários mínimos, seguindo praticamente a mesma trajetória pelo menos no último ano, chamando a atenção para o mês de Janeiro de 2015, que até então, o endividamento vem sofrendo leve queda desde Setembro de 2014, mas esta tendência foi revertida e retoma a trajetória de elevação em 2015.

Atualmente o cartão de crédito é apontado como o principal tipo de dívida, representando 77,2% das famílias endividadas no Brasil, seguindo pelos carnês, sendo 16,3% e o financiamento de carro, que é 13,4%.



Fonte: CNC. Elaboração própria.

As famílias com renda de até dez salários mínimos, o cartão de crédito representa 78,3% quanto ao tipo de dívida, seguindo pelos carnês, que é 17,5% e do financiamento de carros, que é 10,4%, sendo estes os três principais tipos de dívidas desta faixa de renda. Quanto ao outro grupo, com renda superior a dez salários mínimos, os tipos de dívidas que ganham destaque são: cartão de crédito, com 72,6%, o financiamento de carro, com 27,4% e o financiamento de imóveis, que é 16,9%.

Segundo o CNC quanto aos resultados da pesquisa realizada em Junho de 2015, “Após quatro meses consecutivos de alta, o percentual de famílias endividadas diminuiu em junho de 2015”, porém, podemos verificar que este percentual ainda é muito elevado, atingindo mais da metade da população. Ainda segundo o CNC quanto aos índices, as “condições menos favoráveis de contratação de novos empréstimos e de renegociação de dívida, somadas ao recuo dos rendimentos dos trabalhadores, têm levado a uma piora na percepção das famílias em relação ao seu endividamento”. Além disso,

“houve piora na percepção das famílias em relação a sua capacidade de pagamento, e o percentual de famílias que disseram não ter condições de pagar suas contas em atraso atingiu o maior patamar desde outubro de 2011. Apesar da moderação no crescimento do crédito, a alta das taxas de juros e o cenário menos favorável no

mercado de trabalho, com queda na renda real do trabalhador, provocaram impactos negativos nos indicadores de inadimplência.”

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Nas últimas décadas o consumismo vem ganhando força e este vem sendo visto como algo nocivo, que é apenas uma característica do sistema capitalista, porém esta característica faz parte do sistema capitalista, que encobre o consumo, fazendo com que os agentes o vislumbrem não mais como algo necessário para a subsistência, mas sim como forma de socialização, representação de ascensão social, prestígio, e até mesmo transformando a visão de algo estritamente necessário para puro e simplesmente lazer.

Este tipo de compulsividade tem nome e é chamada de oniomania, que é uma doença que ataca esse tipo de compulsivo, aonde a pessoa só pensa em comprar, sendo o ato de comprar e não o objeto comprado que lhe satisfaz. Vale resaltar que a oniomania é uma forma patológica desta transformação socialmente imposta e instigada: o consumo mudou de necessidade para lazer, e do lazer ao distúrbio compulsivo.

Atualmente as pessoas utilizam de artifícios para justificar sua compulsividade como: “um dia vou usar”, “não precisava, mas estava em promoção”, “este produto é mais moderno do que o que eu tenho”, dentre muitas outras desculpas. Neste sentido, segundo Bauman, estas justificativas são uma forma única de saciar o desejo, e este está condenado a continuar insaciável, isto devido ao excesso de oferta presente no mercado em que os agentes tem disponível (BAUMAN, 2001, p. 88).

As teorias pós-modernas discorrem acerca da chamada individualidade social, que se resume no consumo, um ato egoísta dado seu objetivo, alavancou-se o crescimento mundial dos “templos” do consumo, os chamados Shopping Centers. Estes lugares, com prédios e construções cada vez maiores, vêm trazendo em seu interior não mais apenas lojas, mas também centros de serviços, como salões de beleza, mercados, academias, praças de alimentação, cinemas, etc, criando um espaço em que o individualismo consumista seja compartilhado com outros agentes sociais. Diante de longos corredores podemos perceber que nos últimos anos, com o crescimento deste tipo de empreendimento em nosso país, a quantidade de pessoas que buscam este tipo de lugar é bastante considerável. Mediante isto, os comércios de bairro sendo abandonado pela preferência dos agentes pelos “templos” do consumo.

Outro fator relevante que deve ser considerado é o crescente aumento da publicidade nos últimos anos, que influencia diretamente o consumo compulsivo e desnecessário. Conforme visto anteriormente nos capítulos anteriores, em que a compulsão por compras pode ter origem em diversos campos, sendo que este com o passar do tempo trouxe uma mudança de sentido no que cerne a necessidade, passando a ser algo mais voltado para a satisfação, contrapondo a necessidade de estabilização econômica e social. Nesse sentido, a valoração dos bens materiais e da acumulação de riquezas torna-se símbolo de poder, além de passar uma imagem de sucesso pessoal e profissional na sociedade de consumo.

O endividamento é algo que independe da classe social e o consumismo representa ilustra a busca por *status* social. Com isso, a expansão do acesso ao crédito aos brasileiros de várias classes sociais deixa claro que existem dois aspectos acerca desta questão, sendo elementos positivos e negativos. Por um lado, a expansão do crédito às classes mais baixas oportuniza o acesso a bens que são essenciais e que antes tinham restrição para consumir devido a sua renda disponível, e contraposição, com a elevação do acesso ao consumo, há um aumento considerável deste.

Segundo os dados expostos na presente pesquisa, verificamos que o excesso de oferta de crédito no Brasil mostra ser bastante arriscado, pois, com base nos dados apresentados, constatamos que boa parte da população, sendo quase a metade, encontra-se em situação de endividamento, em que a trajetória se mostra em ritmo quase que linear nos últimos anos, e que, além disso, utiliza de forma intensa principalmente o cartão de crédito; que possui um alto nível de endividamento e o maior índice se comparados aos outros tipos de crédito. Com isso, quando é realizado o pagamento na data do vencimento, os juros cobrados, principalmente do cartão de crédito, são altos, fazendo com que haja um efeito “bola de neve”, em que uma dívida pequena se torne cada vez maior até o ponto que se torna impossível de ser sanada.

O sistema de empréstimo para compra de veículos e imóveis tem a mesma lógica, o que gera inadimplência, e por consequência, endividamento. As causas deste ciclo de inadimplência ocorrem devido à falta de planejamento, além da desproporção entre os gastos e as receitas quanto às finanças do agente econômico.

Verificamos assim que o excesso de crédito disponibilizado pelo sistema, assim como a imposição feita pela mídia, está influenciando os agentes econômicos a serem induzidos ao consumo, sendo que, na maioria das vezes, desnecessário.

Atualmente existem grupos de ajuda para as pessoas que sofrem de onimania, e este exerce a função de contenção e ajuda aqueles que vivem em torno da compra de produtos supérfluos, no entanto o consumo feito de forma controlada e consciente é essencial para a subsistência e, muitas das vezes, o crédito se torna um aliado para que isso seja possível mediante o financiamento de determinados itens. E assim, com o intuito de estabelecer uma relação saudável com o consumo, houve a criação do grupo Devedores Anônimos com o intuito de ajudar os consumidores compulsivos que se encontram em situação de endividamento, de forma que, para o frequentador encontra amparo para seus impulsos, não sendo reprimidos pelas outras pessoas que se encontra naquele círculo, de modo que este pode compartilhar suas aflições e expectativas de superar seu problema com os outros integrantes do círculo.

Para a contenção do endividamento se torna essencial à busca por opções terapêuticas, além da divulgação do consumismo não somente como uma obsessão, compulsividade, mas sim uma doença, e também a divulgação da educação financeira em toda a sociedade, sendo estes pontos essenciais para obtenção de êxito.

Os estudos feitos acerca do consumismo e do endividamento das famílias brasileiras são vistos pelas ciências sociais como consequência do sistema capitalista, se tornando essencial para a compreensão da sociedade do consumo em que vivemos nos dias atuais.

Com isso, entendemos a sociedade atual como uma sociedade repleta de novos valores e estilos de vida, que estão permeados por influências direta e indiretamente do sistema capitalista.

Entende-se assim que a atual sociedade é formada por valores e estilos de vida voltados para o “ter, possuir e adquirir” por necessidade de atender a demanda do sistema social, as pessoas estão sendo cada vez mais influenciadas a comprar sem ao menos ter meios sólidos financeiramente para isto

Assim sendo, podemos concluir que este comportamento, agregado esses novos valores, gera na população um comportamentocompulsivo no que diz respeito a comprar ou adquirir bens e serviços, provocando assim, por consequência, um grande problema que atinge as famílias brasileiras, que é o endividamento elevado. Essa compulsão pelo consumo provoca no agente econômico uma satisfação que é historicamente explicada do que é baseada pela busca interior denominada de *status* social, o caso é que esta elevação do *status* causa consequências agravantes nas finanças dos agentes consumistas no Brasil.

5 REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABRAMOVAY, Ricardo. **Finanças sociais**: o Brasil pensa. Foco. Novembro, 2004.

BAUMAN, Zygmunt. **Modernidade Líquida**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2001.

BCB – Banco Central do Brasil. Disponível em: <<http://www.bcb.gov.br>>. Acesso em: 27set. 2015.

_____. **Conjuntura Econômica nas Economias Emergentes**: A Evolução Recente e as Perspectivas da Economia do Brasil. Discurso do Diretor Luiz Awazu Pereira da Silva, Diretor de Política Econômica do Banco Central, na 25ª edição do Encontro de Lisboa entre os Bancos Centrais dos Países de Língua Portuguesa. Disponível em: <<https://www.bcb.gov.br/?TEXTO635708296849>>. Acesso em: 07 out. 2015.

BERTONCELLO, Karen Rick Danilevicz; LIMA, Clarissa Costa de. Conciliação aplicada ao superendividamento: estudo de casos. In: **Revista do Direito do Consumidor**, São Paulo, v. 18, n. 71, p. 106-141, jul./set. 2009.

BRESSER-PEREIRA, Luiz Carlos. **Desenvolvimento e crise no Brasil**. 5. ed. São Paulo: Ed. 34, 2003.

_____. **O conceito histórico de desenvolvimento econômico**. Disponível em: <<http://www.bresserpereira.org.br>> Acesso em: 05 out. 2015.

CACCIAMALI, Maria Cristina; PIRES, Julio; LACERDA, Guilherme; PIRES, Elson Luciano; POTELO, André. Crescimento econômico e geração de empregos: considerações sobre políticas públicas. In: **Planejamento e políticas públicas**, n. 12, jun./dez. 1995.

CALDAS, Ricardo Wahrendorff (Coord.). **Políticas públicas**: conceitos e práticas. Belo Horizonte: SEBRAE/MG, 2008.

CNC – Confederação Nacional do Comércio de Bens, Serviços e Turismo. **Pesquisa Nacional de Endividamento e Inadimplência do Consumidor (PEIC)**. Disponível em: <<http://www.cnc.org.br>>. Acesso em: 28set. 2015.

FRANCO, Marielza Brandão. O superendividamento do consumidor: fenômeno social que merece regulamentação legal. In: **Revista do Direito do Consumidor**, São Paulo, n. 74, p. 227-242, abr./jun. 2010.

FURTADO, Celso. **Teoria e política do desenvolvimento econômico**. São Paulo: Abril Cultural, 1983.

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br>>. Acesso em: 28 set. 2015.

IPEA – Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada. Disponível em: <<http://www.ipea.gov.br>>. Acesso em: 28 set. 2015.

LAMOUNIER, Bolívar. **Análise de políticas públicas**: quadro teórico-metodológico de referência. Mimeo. São Paulo, 1982.

LIMA, Antônio Ernani Martins. **O sistema de crédito ao desenvolvimento**: fundamentos, estrutura e evolução. FEE: Porto Alegre, 1991.

LIMA, Clarissa Costa de; BERTONCELLO, Karen Rick Danilevicz. **Superendividamento aplicado**: aspectos doutrinários e experiência no poder judiciário. Rio de Janeiro: GZ, 2010.

LIMA, Clarissa Costa de. Medidas preventivas frente ao superendividamento dos consumidores na União Europeia. In: **Revista do Direito do Consumidor**, São Paulo, n. 76, p. 208-238, out./dez. 2010.

MARIN FILHO, Carlos José, **Concepção de políticas públicas**: definição, viabilização e execução. Santo Ângelo: URI – Universidade Regional Integrada, 2005.

NUNES, Selene Peres. **Dívida pública**: déficits quasi-fiscais e coordenação entre políticas econômicas no Brasil. Disponível em: <<http://www.tesouro.fazenda.gov.br>>. Acesso em: 03 out. 2015.

ROMERO, João Prates. **Os impactos do crédito no desenvolvimento regional**: uma análise dos diferentes tipos de banco que integram o sistema financeiro brasileiro. Disponível em: <<http://www.bnb.gov.br>>. Acesso em: 27 set. 2015.

RUA, Maria das Graças. **Políticas públicas**. Florianópolis: Departamento de Ciências da Administração/UFSC; (Brasília): CAPES: UAB, 2009.

SANT'ANNA, André Albuquerque; BORÇA JUNIOR, Gilberto Rodrigues; ARAUJO, Pedro Quaresma. Mercado de crédito no Brasil: evolução recente e o papel do BNDES (2004-2009). In: **Revista do BNDES**, Rio de Janeiro, v. 16, n. 31, jun.2009 (p.41-60).

SANTOS, José Odílio dos. **Análise de crédito**: empresas e pessoas físicas. 2. ed.São Paulo: Atlas, 2003.

SCHMIDT NETO, André Perin. Superendividamento do consumidor: conceito, pressupostos e classificação. In: **Revista do Direito do Consumidor**, São Paulo, v. 18, n. 71, p. 9-33,jul./set. 2009.

SCHRICKEL, Wolfgang Kurt. **Análise de crédito**: concessão e gerência de empréstimos. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2000.

SECURATO, José Roberto. **Crédito**: análise e avaliação do risco. São Paulo: Saint Paul Institute, 2002.

TORRES FILHO, Ernani Teixeira. **Nível de crédito bancário é o mais alto desde 1995**. Rio de Janeiro: BNDES,Visão do Desenvolvimento, n. 2, jun. 2006.